



**Reestruturação urbana e o novo horizonte  
para as estratégias de potencialização do  
tecido cultural criativo da área central  
do Rio de Janeiro**

**Nº 20151101  
Novembro - 2015**

João Grand Junior e João Luiz de Figueiredo –  
IPP/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria Municipal de Urbanismo**  
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos

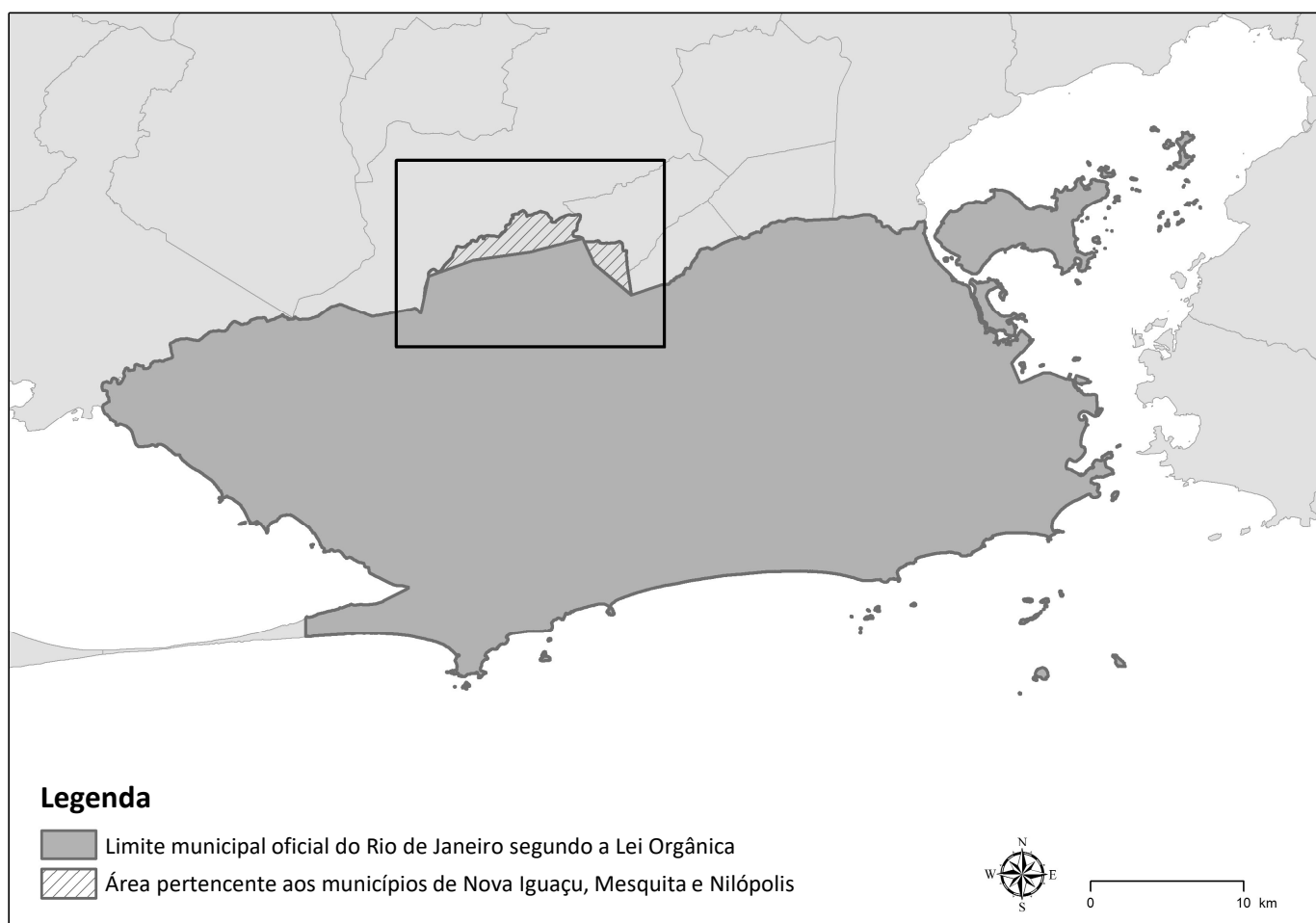
## ERRATA

A partir de reuniões técnicas realizadas entre o Instituto Pereira Passos e a Câmara Metropolitana (Governo do Estado do Rio de Janeiro), no âmbito do projeto para a confecção de um Mapa da Região Metropolitana, foi discutida a divergência existente na representação dos limites municipais de Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, Mesquita e Nilópolis.

Tal divergência, localizada na área do maciço do Mendanha, se dava pelo fato do Município do Rio de Janeiro produzir há décadas mapas que possuíam o traçado do limite municipal nesta área seguindo o divisor de águas, pela cumeada dos morros da região, limite este que assim como o restante da fronteira municipal segue acidentes geográficos como rios, canais etc.

Por sua vez, tanto o limite adotado pelo IBGE quanto aquele utilizado pela Fundação CEPERJ (Estado do Rio de Janeiro) seguem por linhas retas a partir dos picos dos morros, não condizendo com o que vinha sendo traçado pelo Município do Rio de Janeiro, porém de acordo com a descrição existente na Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro.

Desta forma, o Instituto Pereira Passos, **segundo o determinado na Lei Orgânica Municipal**, efetuou a revisão da representação cartográfica da fronteira municipal em questão, adequando-se assim ao já utilizado pelos órgãos federais e estaduais e solucionando quaisquer problemas ou questões advindas desta divergência entre os municípios supracitados.



## EXPEDIENTE

---

A **Coleção Estudos Cariocas** é uma publicação virtual de estudos e pesquisas sobre o Município do Rio de Janeiro, vinculada ao portal de informações do Instituto Pereira Passos (IPP) da Secretaria Municipal da Casa Civil da Prefeitura do Rio de Janeiro:

[www.armazemdedados.rio.rj.gov.br](http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br).

Seu objetivo é divulgar a produção de técnicos da Prefeitura sobre temas relacionados à cidade do Rio de Janeiro e à sua população. Está também aberta a colaboradores externos, desde que seus textos, bem como os dos colaboradores internos, sejam aprovados pelo Conselho Editorial.

**Periodicidade:** A periodicidade é anual, mas o número de artigos por edição é variável, pois depende da produção de textos por parte dos técnicos do IPP, de outros órgãos e de colaboradores.

**Conselho Editorial:** Fernando Cavallieri, Luis F. Valverde Salandía, Helcio de Medeiros Junior e João Grand Jr.

**Revisão de Texto:** ASCOM / IPP

# REESTRUTURAÇÃO URBANA E O NOVO HORIZONTE PARA AS ESTRATÉGIAS DE POTENCIALIZAÇÃO DO TECIDO CULTURAL CRIATIVO DA ÁREA CENTRAL DO RIO DE JANEIRO

*João Grand Junior<sup>1</sup> e João Luiz de Figueiredo<sup>2</sup> – IPP/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro*

## Resumo

O artigo pretende analisar como o processo de reestruturação urbana em marcha, notadamente na área central da cidade do Rio de Janeiro, pode contribuir para a redefinição do sistema produtivo e para a implementação de um novo modelo de desenvolvimento territorial. Para isso, o trabalho se apoia num referencial teórico que discute como a criatividade e a valorização dos ativos culturais existentes podem ser mobilizados para construção das vantagens competitivas dos territórios.

## 1 - Introdução

A cidade do Rio de Janeiro vivencia desde o final da década passada um amplo processo de reconfiguração do espaço urbano, cujos impactos são percebidos em diversas áreas da cidade. Mais do que a adequação do espaço para a realização de grandes eventos internacionais, o processo em curso se inscreve num movimento de reestruturação produtiva que atravessa a cidade, e abre um novo horizonte para a reflexão sobre os limites e as potencialidades do modelo de desenvolvimento em gestação no Rio de Janeiro.

Apesar do alcance espacial das intervenções que se materializam na quase totalidade do território municipal com obras de infraestrutura em todas as cinco áreas de planejamento, acreditamos que a região central, circunscrita à área de planejamento 1, apresenta uma condição distinta do restante da cidade. Isso porque, essa área sedia um dos mais ambiciosos projetos de reurbanização da cidade: o Porto Maravilha.

Dito isso, o artigo pretende analisar como o processo de reestruturação urbana em marcha, notadamente na área central da cidade, pode contribuir para a redefinição do sistema produtivo e para a implementação de um novo modelo de desenvolvimento na cidade. Para tanto, o artigo está estruturado em duas partes, além da introdução e das considerações finais.

Na primeira, intitulada “O sentido de um novo modelo de desenvolvimento para o Rio de Janeiro”, estabeleceremos um breve diálogo com a tese defendida por Galvão (1986) e Moreira (2001) de que o Rio de Janeiro não implementou ao longo de sua história um modelo de desenvolvimento voltado para o seu próprio território, uma vez que a sua condição de capital federal lhe impunha a necessidade de refletir, pensar e desenvolver o Brasil. Na sequência, discutiremos em que medida o esgotamento do modelo de desenvolvimento industrial-fordista e a emergência do “capitalismo cognitivo” (CORSANI, 2003), ou “capitalismo criativo do século XXI” (FLORIDA, 2005), ou “capitalismo cultural-cognitivo” (SCOTT, 2008) abrem novas possibilidades para cidade, que, a partir da mobilização produtiva das suas especificidades territoriais, pode se reposicionar na economia global.

A segunda parte do artigo será dedicada a explorar a hipótese de como a região central da cidade do Rio de Janeiro pode ser mobilizada como um potencial vetor de desenvolvimento territorial para a cidade sob a ótica de uma economia do imaterial.

<sup>1</sup> Doutorando em Geografia pela UFRJ, área de concentração Organização e Gestão do Território. Geógrafo do Instituto Pereira Passos, Diretoria de Informações da Cidade. E-mail: joao.grand.ipp@gmail.com

<sup>2</sup> Professor do departamento de Geografia da PUC-Rio e pesquisador do GeTERJ. Coordenador do Núcleo de Economia Criativa e chefe do departamento de Gestão do Entretenimento da ESPM-Rio. E-mail: joao.silva@espm.br

## **2 – O sentido de um novo modelo de desenvolvimento para o Rio de Janeiro**

Alguns autores destacam os anos 1970 como um marco nos processos de reestruturação urbana desencadeados em diversas cidades do mundo como um dos desdobramentos espaciais do declínio do modelo de desenvolvimento urbano-industrial fordista, pois cada fase do capitalismo exige uma forma de cidade específica para desempenhar funções diferentes (SCOTT, 2008). A cidade do Rio de Janeiro não foi exceção a tal processo, contudo os contornos de sua reestruturação já haviam sido determinados anteriormente pela perda da sua condição de capital federal, de maneira que a transição do regime de acumulação fordista para o de acumulação flexível não foi a única dimensão da sua reestruturação urbana.

### **2.1 – O antigo modelo de desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro e a sua reestruturação**

No cerne da reestruturação urbana do Rio de Janeiro está a disputa por um novo modelo de desenvolvimento, pois o fato de ter sido capital do país resultou em uma experiência peculiar que se estruturou “segundo um modelo de tempo-espaço que consistiu em desenvolver-se para desenvolver o país, e que introduziu, ao lado de tudo quanto reúne de resultados positivos, um acúmulo de problemas” (MOREIRA, 2001, p. 127).

Como sede da Capital Federal, a cidade do Rio de Janeiro teve um desenvolvimento diferenciado do interior do atual Estado, já que a presença do Poder Central canalizava recursos da União para instalar no município uma infraestrutura de transportes, saneamento, iluminação pública, escolas e hospitais necessários à capital do Brasil. Este desenvolvimento da cidade-capital distanciou a cidade do Rio de Janeiro do interior pobre e estagnado.

Como capital do País e estando restrita a um exíguo espaço, espremido entre a montanha e o mar, as indústrias no ex-Distrito Federal (Guanabara) competiam com a administração pública por espaço para localização, e esta competição se traduzia num maior custo para a localização industrial. Mas a colocação desse problema não leva em consideração a periferia fluminense relativamente vazia. Este vazio está referenciado à ausência de uma infraestrutura de saneamento, transportes e energia necessários ao desenvolvimento do capital industrial e que o antigo Estado do Rio de Janeiro não tinha condições de promover (MELO E CONSIDERA, 1986, p. 119-120).

Dessa forma, durante os anos de hegemonia do modelo de desenvolvimento urbano-industrial fordista, a cidade do Rio de Janeiro, assim como o estado, não conseguiu aprofundar o seu processo de industrialização. Além disso, o esvaziamento do interior fluminense e o reduzido grau de conexão com a cidade do Rio de Janeiro se apresentaram como problemas desse modelo de desenvolvimento, uma vez que a metrópole se projetava mais em nível nacional do que regional ou estadual (GALVÃO, 1986).

A justaposição de dois segmentos espaciais politicamente ‘descolados’ um do outro, define a situação do Rio de Janeiro/cidade e do Rio de Janeiro/Estado. Voltados para atividades econômicas específicas e para funções sociais e administrativas definidas e delimitadas, tanto por seu próprio conteúdo interno quanto por sua esfera de ação, a cidade e o Estado criaram ao longo da história duas vidas senão autônomas pelo menos paralelas e relativamente independentes [...]

Como cidade primaz que se transformou em capital e grande metrópole nacional, o Rio de Janeiro criou vínculos de relações com pontos e áreas distantes, enquanto em suas proximidades tolhia o surgimento de centros intermediários que pudessem vir a compor uma rede urbana equilibrada, capaz de atuar como instrumento eficaz de difusão do desenvolvimento, a partir daquela metrópole (GALVÃO, 1986, p. 98-99).

Após a transferência da capital para Brasília, a cidade do Rio de Janeiro permaneceu separada juridicamente de seu interior, restringindo as possibilidades de construção de um modelo de desenvolvimento comum. Enquanto a Guanabara buscava soluções dentro do seu próprio território, o antigo Rio de Janeiro mantinha-se quase que inerte em sua decadência.

Separado administrativamente do seu entorno, o núcleo da Região Metropolitana não financiou a implantação da infraestrutura adequada para atrair investimentos industriais na Baixada Fluminense, área que certamente o mercado elegeria para localizar a expansão industrial fluminense. Em vez disso, a Guanabara teve que investir em novos vetores de expansão da cidade em busca de áreas disponíveis para receberem os desejados investimentos industriais, objeto de política governamental (SANTOS, 2002, p. 13).

Apesar desse esforço industrializante da cidade, o Plano de Metas já havia definido que o principal espaço industrial-fordista brasileiro seria a região metropolitana de São Paulo, de maneira que a transferência da capital para Brasília implicou em um duro golpe na dinâmica produtiva da cidade do Rio de Janeiro, a qual perdeu a sua principal função na rede urbana nacional (LESSA, 2000).

Se por um lado, como visto acima, a condição de capital do país restringiu o desenvolvimento industrial do Rio de Janeiro (tanto a cidade como o estado), por outro lado, fez com que diversas competências relacionadas aos campos da arte, da cultura e do conhecimento se desenvolvessem na cidade. A novidade deste século XXI é a crescente valorização dessas competências como recursos para o desenvolvimento territorial, de maneira que podemos entender que diante do declínio do regime de acumulação fordista e dos novos papéis desempenhados pelas cidades na economia mundial, novas possibilidades de desenvolvimento se abrem para a cidade do Rio de Janeiro através da valorização crescente das suas especificidades locais e da mobilização produtiva da cultura. Nesse sentido, um conjunto de atividades definido como economia criativa passou a ser considerado um dos setores estratégicos para o desenvolvimento da cidade.

## **2.2 – A economia criativa como um setor estratégico para o novo modelo de desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro**

A economia criativa não é propriamente um novo campo da atividade econômica, uma vez que suas atividades já existem há um bom tempo. A novidade é a reflexão que se lança sobre estas atividades, sobre a relevância delas na atual fase da economia capitalista e para a trajetória das cidades e das pessoas que nelas vivem.

Segundo Reis e Urani (2011), a economia criativa pode ser vista como um desdobramento da economia do conhecimento, agregando ao saber, à tecnologia e à rede, um outro componente fundamental: a cultura.

Nesse sentido, a economia criativa deve ser compreendida pela sua capacidade de mobilizar o saber, o conhecimento, a criatividade das pessoas para a produção de um bem ou de um serviço, cujo principal atributo de valor é intangível, uma vez que tem origem cognitiva, e não material. A tecnologia, por sua vez, expandiu a capacidade de produção e de distribuição desses bens e serviços, ampliou o acesso das pessoas aos meios de produção (evidenciada pela explosão de startups de base tecnológica no Brasil), viabilizando o potencial criativo das pessoas, que cada vez mais se organizam em rede. Esta deve ser entendida como a forma organizacional e territorial da criatividade, que diferentemente do passado quando era relacionada à capacidade individual, ao dom de um gênio, atualmente passa a ser compreendida como uma competência construída coletivamente, conforme bem discutem Johnson (2011) e De Masi (2000). Articulada a todas essas competências e processos,

a cultura se constitui no elemento diferenciador do processo criativo entre os diversos lugares e, portanto, é o insumo fundamental da economia criativa (LANDRY, 2008).

No Brasil, podemos estabelecer 2011 como o ano da consolidação da economia criativa como campo de pesquisa e de políticas públicas no país, uma vez que marcou a criação da Secretaria de Economia Criativa, pelo Ministério da Cultura, a qual publicou o seu plano para o período 2011-2014. Vale dizer que, anteriormente, as escalas municipais e estaduais já refletiam sobre a importância da economia criativa em seus modelos de desenvolvimento e já desenhavam suas políticas públicas para fortalecimento dessas atividades. Dessa forma, no início do século XXI, foram publicados os primeiros estudos sobre economia criativa no Brasil, os quais fundamentariam uma primeira geração de políticas públicas.

De maneira pioneira, o sistema FIRJAN (2008) publicou um importante estudo quantitativo sobre a economia criativa no Brasil e no Rio de Janeiro, no qual assumiu a definição proposta pela UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development), que define as indústrias criativas como “ciclos de criação, produção e distribuição de bens e serviços que usam criatividade e capital intelectual como insumos primários” (UNCTAD, 2010). Desse modo, segundo o trabalho do sistema FIRJAN (2008), as atividades integrantes do núcleo da economia criativa eram: expressões culturais; artes cênicas; música; filme e vídeo; TV e rádio; mercado editorial; software e computação; arquitetura; design; moda; publicidade. Esse estudo passou por duas atualizações, uma em 2011 e outra em 2012, esta de grande importância metodológica, pois incluiu duas novas atividades: pesquisa e desenvolvimento, e biotecnologia.

O Ministério da Cultura, por sua vez, definiu a economia criativa como sendo composta por setores criativos que são todos aqueles “cujas atividades produtivas têm como processo principal um ato criativo gerador de valor simbólico, elemento central da formação do preço, e que resulta em produção de riqueza cultural e econômica” (MinC, 2011, p. 22). Assim, a economia criativa pode ser entendida como as dinâmicas sociais, culturais, econômicas e territoriais existentes a partir da criação, produção, distribuição e consumo dos bens e serviços produzidos pelos setores criativos, os quais estão agrupados em cinco campos criativos: patrimônio (material, imaterial, arquivos e museus); expressões culturais (artesanato, culturas populares, culturas indígenas, culturas afro-brasileiras e artes visuais); artes de espetáculo (dança, música, circo e teatro); audiovisual e livro (cinema&vídeo e publicações&mídias impressas); e criações funcionais (moda, design, arquitetura e arte digital).

As principais diferenças entre o conceito proposto pelo MinC e pelo sistema FIRJAN são a substituição do termo “indústria” por “setor”; a ênfase posta no valor simbólico que é a principal consequência do ato criativo; e a merecida inclusão do termo “riqueza cultural” no mesmo patamar da “riqueza econômica”.

A economia criativa tem se constituído em um dos mais dinâmicos conjuntos de atividades produtivas neste início de século, de maneira que precisamos compreender melhor os motivos dessa valorização, a qual é evidenciada pelos esforços de conceituação apresentados na seção anterior.

Em termos estruturais, a valorização das atividades produtivas integrantes da economia criativa se relaciona com as novas formas de organização da produção e do consumo que emergiram como parte do processo de reestruturação do capitalismo. Segundo Corsani (2003), essa nova fase do capitalismo se caracteriza mais pela lógica da inovação em um regime de invenção do que pela lógica da reprodução em um regime de repetição outrora hegemônico, evidenciando, assim, a “passagem do capitalismo industrial a algo que poderíamos denominar capitalismo cognitivo” (CORSANI, 2003, p. 15).

Dessa forma, cada vez mais o preço dos bens e dos serviços deixa de ser uma função dos custos de matéria-prima e de um trabalho de tipo industrial e passa a ser uma função do seu valor simbólico, que é gerado pelo ato criativo e se constitui, portanto, no principal componente do preço.

Diante disso, as atividades da economia criativa têm o potencial de “libertar” as empresas da concorrência predatória dos preços ao agregar conteúdos simbólicos e intangíveis aos bens e serviços. Em um contexto de acirramento do processo de globalização, a criatividade se apresenta, portanto, como componente fundamental da competitividade das empresas, porém, além disso, também deve ser percebida como um elemento de diferenciação dos lugares, os quais podem mobilizar suas culturas e suas criatividades para, de forma semelhante às empresas, se libertarem da competição global por investimentos feita através das isenções fiscais e da mão-de-obra barata.

Diante desse quadro, multiplicaram-se os estudos e as ações que, buscando questionar as tradicionais políticas de desenvolvimento urbano/regional e acenar para novos horizontes e práticas possíveis, ressaltam o papel do conhecimento e da criatividade como importantes recursos territoriais capazes de potencializar a construção do que Veltz (1999) denomina de competências pela diferenciação. Em outras palavras, entendemos que a valorização da cultura local em prol de uma especificidade criativa possibilita a atração de investimentos que buscam o “diferente”, o “particular”, permitindo, assim, que os lugares se insiram de formas diferenciadas no processo de globalização através da mobilização produtiva de suas competências subjetivas.

É nesse contexto que posicionamos a discussão sobre o modelo de desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro, pois se nos últimos 40 anos do Século XX a cidade atravessou um longo período de perdas econômicas e da sua centralidade no sistema urbano brasileiro, os primeiros anos do século XXI sugerem que através da economia criativa a cidade possa se reposicionar no sistema urbano e na economia global.

No mundo, de acordo com a publicação da UNCTAD (2010), a economia criativa responde por uma produção de U\$ 2 trilhões anuais, gerando um comércio internacional de bens e serviços criativos de aproximadamente U\$ 600 bilhões, cuja taxa de crescimento no período 2003-2008 ficou acima de 14% a.a..

Embora a fatia brasileira no bolo das exportações ainda seja pequena, o país progressivamente eleva a participação dos seus setores criativos no PIB nacional, conforme se verifica no quadro a seguir.

**Quadro 1: PIB do núcleo criativo e participação no PIB total em países selecionados em 2011**

País	PIB Criativo (R\$ bilhões)	Participação no PIB (%)
Estados Unidos	1.011	3,3
Reino Unido	286	5,8
França	191	3,4
Alemanha	181	2,5
Brasil	110	2,7
Itália	102	2,3
Espanha	70	2,3
Holanda	46	2,7
Noruega	32	3,2
Bélgica	27	2,6
Suécia	26	2,4
Dinamarca	21	3,1
Áustria	15	1,8
Grécia	6	1,0

Fonte: (FIRJAN, 2012, p. 13)



Em termos de emprego e renda, as atividades do núcleo da economia criativa no Brasil geraram, em 2011, 810 mil empregos de carteira assinada (1,7% do total de empregos do país) e atingiram uma média salarial de R\$ 4.693,00 mensais, enquanto a média de salário do trabalhador brasileiro foi de R\$ 1.733,00 (FIRJAN, 2012).

Diante do exposto, entendemos que a economia criativa, tanto pela sua capacidade de agregar valor aos bens e serviços tradicionais da economia quanto pela explosão da produção e do consumo de atividades culturais e de entretenimento, possui grande relevância na atual fase do capitalismo, assim como abre novas possibilidades de desenvolvimento para as cidades, as quais desempenham crescente importância no “capitalismo criativo do século XXI” (FLORIDA, 2005, p. 28). Dessa forma, muitos gestores públicos passaram a empreender esforços para transformar suas cidades em referências no assunto, uma vez que se reconheceu, além do caráter estratégico dos setores criativos na economia, a emergência de novas possibilidades de desenvolvimento urbano e regional.

A teoria contemporânea do desenvolvimento regional, que estuda a relação entre as atividades produtivas e o território, pode nesse momento nos auxiliar nesse debate. De modo geral, o conceito de território é trabalhado em uma perspectiva econômica<sup>3</sup>, segundo a qual ele, através de suas redes técnicas (competências objetivas), redes sociais (competências subjetivas) e redes institucionais, é responsável pela localização da atividade econômica, mais especificamente pelo nível de competitividade das firmas. Dessa forma, uma atividade é territorializada quando sua efetivação depende da localização, de recursos inexistentes em muitos outros espaços e/ou que não podem ser facilmente criados ou imitados pelos locais que não os possuem (STORPER, 1994). A capacidade, portanto, das firmas serem mais competitivas depende fundamentalmente da localização geográfica em territórios, onde os recursos mais importantes se constituem em bens públicos, como a força de trabalho (saber-fazer), as capacidades de aprendizagem e de inovação, assim como as relações, estruturadas pelo ambiente institucional, entre os atores produtivos locais.

Esses estudos aplicados à economia criativa revelaram a tendência das atividades criativas se materializarem na paisagem das metrópoles na forma de aglomerações de firmas especializadas e de mão-de-obra qualificada, constituindo-se, por sua vez, em uma importante evidência acerca da relevância territorial para o dinamismo dessas atividades. Ou seja, as aglomerações das diversas atividades criativas se desenvolvem onde a base territorial oferecer as condições de reprodução do sistema econômico, engendrando um poderoso processo de retroalimentação, uma vez que as referidas aglomerações também fortalecem a base territorial.

Em trabalhos anteriores (FIGUEIREDO SILVA, 2009; MEDEIROS JUNIOR, GRAND JR e FIGUEIREDO, 2011a; MEDEIROS JUNIOR, GRAND JR e FIGUEIREDO, 2011b), procuramos evidenciar essa dinâmica territorial da economia criativa na cidade do Rio de Janeiro, conforme os dados e os Mapas a seguir demonstram.

---

<sup>3</sup> Apesar de ser um conceito central à geografia, o território tem tradição em várias outras áreas de estudo como a ciência política, sociologia, biologia, economia, antropologia e psicologia. Portanto, da mesma forma que são várias as áreas do conhecimento que se interessam pelo estudo do território, são várias as concepções existentes desse conceito. Haesbaert (2004) agrupa essas concepções em quatro vertentes básicas: 1) política ou jurídico-política, na qual o território é visto como um espaço delimitado e controlado onde se exerce um determinado poder, na maioria dos casos, relacionado ao Estado; 2) cultural ou simbólico-cultural, que interpreta o território como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao espaço vivido; 3) econômica, que enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, sendo o território visto como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho; e 4) natural, na qual o território é uma noção baseada nas relações entre sociedade e natureza. Nesse sentido, o autor enfatiza a importância de se estabelecer a linha teórica que será empregada ao conceito, sem que isso imponha a conceitualização à problemática, mas que revele a diferenciação do conceito frente às questões prioritizadas.

**Quadro 2: Empregos formais, massa salarial e salário médio, segundo as categorias núcleo e relacionadas da economia criativa – Município do Rio de Janeiro – 2010**

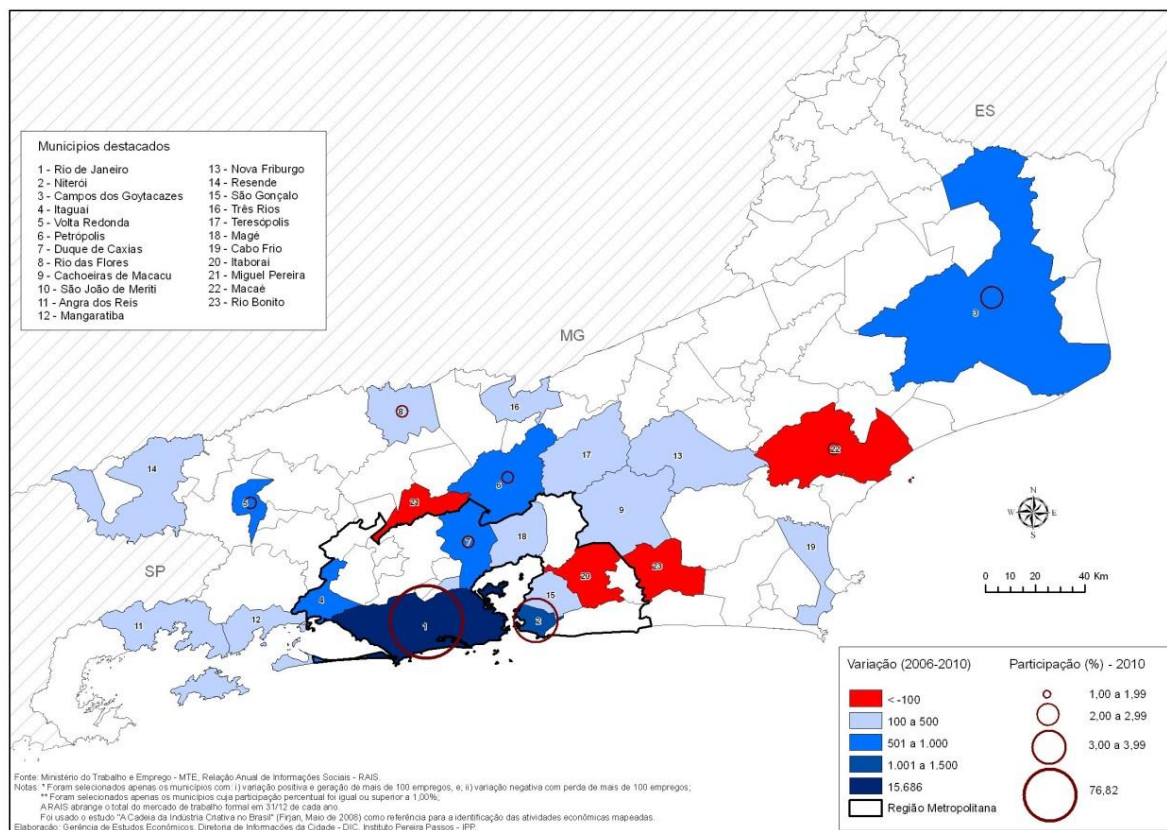
Categoria	Postos de trabalho		Massa salarial		Salário Médio
	Nº absoluto	Participação %	Nº absoluto	Participação %	
Total*	2.338.581	100,0%	R\$4.992.189.194,42	100,0%	R\$2.134,71
Núcleo	73.219	3,1%	R\$248.374.583,60	5,0%	R\$3.392,21
Relacionadas	174.990	7,5%	R\$229.965.501,60	4,6%	R\$1.314,16

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/MTE, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS.

Elaboração: Gerência de Estudos Econômicos, Diretoria de Informações da Cidade – DIC, Instituto Pereira Passos.

Notas: \*Total das atividades econômicas do município do Rio de Janeiro no ano de 2010.

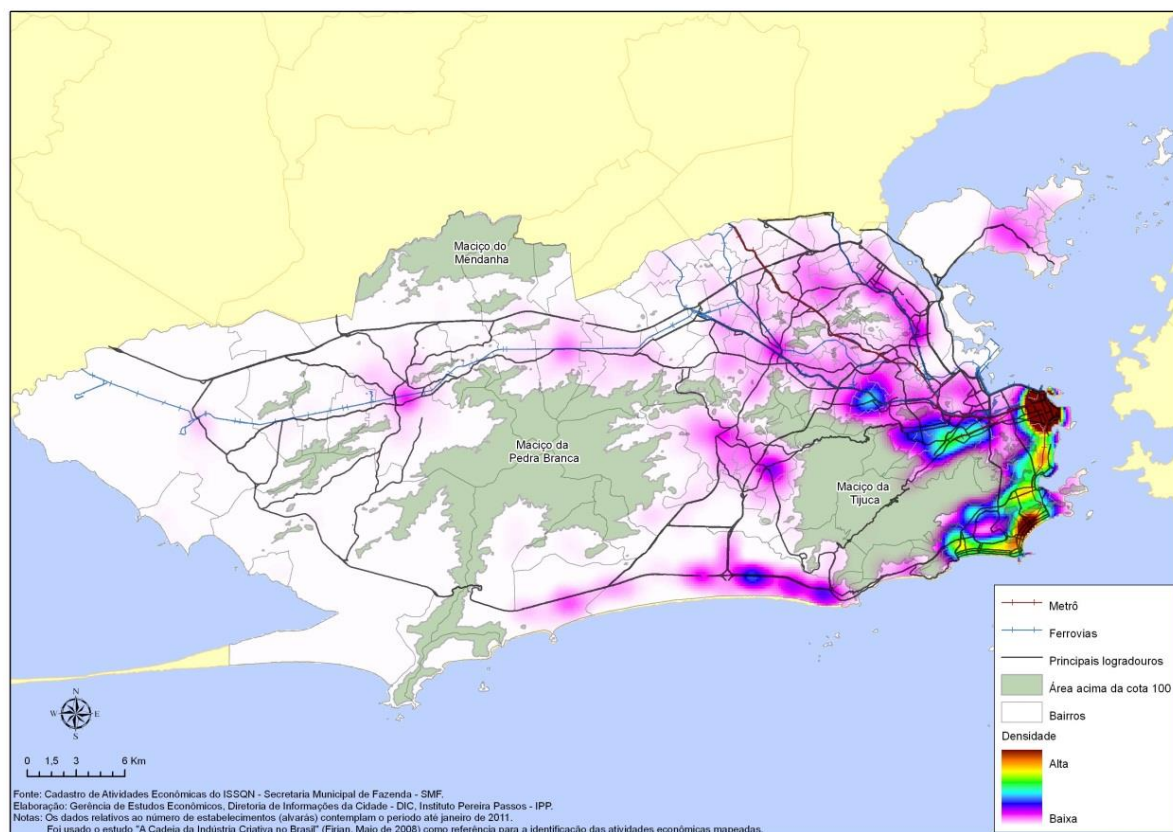
**Mapa 1: Variação absoluta do número de empregos formais (2006-2010)\* e participação percentual no total dos empregos do estado do Rio de Janeiro em 2010\*\* para as “atividades do núcleo” da cadeia da economia criativa, segundo municípios destacados – Estado do Rio de Janeiro**



Fonte: Mapa retirado de MEDEIROS JUNIOR, GRAND JR e FIGUEIREDO, 2011b.

Nos Mapas 1 e 2 é possível observar em duas escalas distintas o padrão de concentração espacial das atividades definidas como criativas segundo critérios utilizados no estudo em questão. No primeiro caso, se evidencia o papel polarizador da cidade do Rio de Janeiro a partir da escala do estado, e no caso seguinte, a partir da escala intra-metropolitana ressalta-se o caráter diferencial da região central da cidade.

**Mapa 2: Distribuição espacial dos estabelecimentos do “núcleo” da cadeia da economia criativa – Município do Rio de Janeiro – 2011**



Fonte: Mapa retirado de MEDEIROS JUNIOR, GRAND JR e FIGUEIREDO, 2011b.

Scott (2000; 2005), que também estudou o fenômeno espacial da aglomeração das atividades criativas, explica que ela decorre do fato de que cada unidade de produção se prende a uma rede de interações, da qual sua sobrevivência é dependente. Pela aglomeração, as firmas economizam nas ligações espaciais, alcançam as vantagens do mercado de trabalho concentrado, se inserem nos fluxos de informação e de inovação que são existentes em qualquer lugar onde diferentes produtores complementares se congregam. Em suma, as firmas possuem incentivos para se aglomerarem dentro da metrópole, pois a proximidade potencializa a possibilidade de se obter economias de aglomeração e um ciclo virtuoso de crescimento. Landry (2008) também reconhece os benefícios da aglomeração e a define como um elemento primordial da economia criativa, sendo um ativo urbano de grande importância e central ao planejamento urbano.

Ainda é muito cedo para afirmar que o Rio de Janeiro já centra a base do seu modelo de desenvolvimento nos seus próprios recursos culturais, os quais seriam capazes de diferenciá-lo das outras cidades em um contexto de acirramento da globalização. Porém, acreditamos que essa nova perspectiva de desenvolvimento rompe com o modelo tradicional industrial e oferece novas oportunidades para todas as cidades, uma vez que não existe lugar no mundo que não possua alguma característica histórica, social ou cultural que não possa ser mobilizada produtivamente em prol do seu desenvolvimento socioeconômico (LANDRY, 2008).

Entendemos, portanto, que para o Rio de Janeiro aprofundar a relação entre a economia criativa e o seu modelo de desenvolvimento, a cidade deverá aumentar ainda mais a quantidade de pessoas talentosas integrantes da chamada “classe criativa”, as quais são estimuladas a viver e a produzir em ambientes marcados pela diversidade e pela tolerância (FLORIDA, 2005), de maneira que a cidade

passa a ser compreendida para além da concentração de talentos e assumida a condição de centro de grande diversidade, cuja bacia de trabalho apresente uma enorme variedade de talentos, de modos de vida e de culturas (FLORIDA, 2005; LANDRY, 2008). Naturalmente, necessita-se de lideranças que reconheçam a mudança do paradigma do desenvolvimento urbano no século XXI, assim como exijam uma cultura organizacional menos rígida e hierarquizada para favorecer a criação de um ambiente inovador dentro das empresas de atividades criativas, assim como nas demais (LANDRY, 2008). Esse processo deve ser ancorado na cultura e na identidade local, que por sua vez se constitui no traço de distinção de uma cidade frente às demais (LANDRY, 2008), e exige a existência de espaços e de equipamentos urbanos onde a heterogeneidade da cidade se manifeste, pois será desses encontros que a criatividade emergirá e tenderá a se fortalecer no ambiente urbano na forma das aglomerações produtivas (SCOTT, 2005).

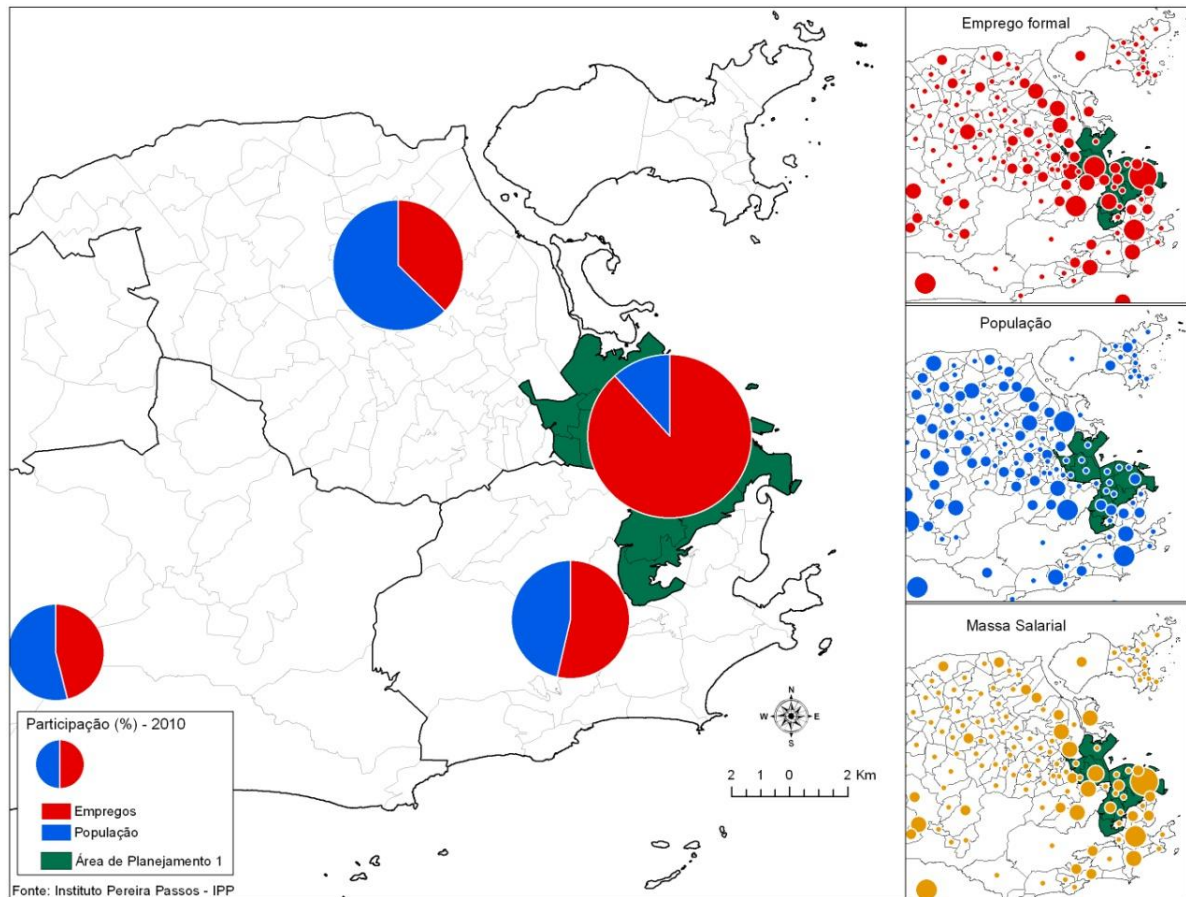
Estamos, portanto, diante de uma grande oportunidade, afinal, a enorme diversidade cultural, característica do Rio de Janeiro, pode, neste século XXI, se configurar no mais importante ativo do seu desenvolvimento.

### **3 - A reestruturação urbana da área central da cidade do Rio de Janeiro**

A região central da cidade do Rio de Janeiro aqui considerada se inscreve nos limites do que o poder público municipal define como Área de Planejamento 1. Para além de seu valor cultural histórico que se expressa dentre outras formas em suas diferentes paisagens, a área em questão pode também ser analisada sob a perspectiva da concentração de ativos econômicos genéricos (grande concentração de empresas, empregos e da massa salarial gerada na cidade) e de recursos e ativos específicos ligados aos segmentos culturais criativos (equipamentos públicos e privados como teatros, cinemas, museus, bibliotecas, etc; e de organizações/entidades como coletivos culturais, escolas de samba, de teatro, de cinema etc.).

Por outro lado, essa região pode também ser descrita em termos de um relativo “vazio” demográfico que reflete, em parte, as estratégias de zoneamento e ocupação do solo definidas pelo poder público municipal de outrora (vide Decreto Municipal nº 322 de 3 de março de 1976).

**Mapa 3: Participação das áreas de planejamento na distribuição dos empregos formais, da população e da massa salarial – 2010 – Município do Rio de Janeiro**



No entanto, é nessa mesma região que se desenvolve atualmente um dos mais ambiciosos projetos do processo de reestruturação urbana que vem ocorrendo na cidade – o Porto Maravilha – e que se inscreve como peça importante no conjunto das estratégias de reposicionamento da cidade na economia mundial através da valorização de sua dimensão cultural criativa. Essa orientação do poder público municipal para a região se encontra inclusive expressa no plano estratégico para o período 2013-2016, como podemos observar nas duas metas seguintes:

- i) Consolidar a região do Porto Maravilha como local de fomento à cultura, através da promoção de pelo menos 15 importantes iniciativas culturais até 2016;
- ii) Valorizar a paisagem urbana e o patrimônio cultural do centro histórico através da recuperação e requalificação de áreas relevantes como a Praça Tiradentes e a Lapa.

Parece-nos evidente que a agenda da economia criativa consolida-se como uma das mais importantes pautas no planejamento da prefeitura da cidade nesse movimento de reorientação. Ainda seguindo o plano estratégico, destaca-se a meta de elevação de 2,2% para 2,75% do total de pessoas empregadas em atividades da economia criativa, sobre o total de empregados na cidade até 2016.

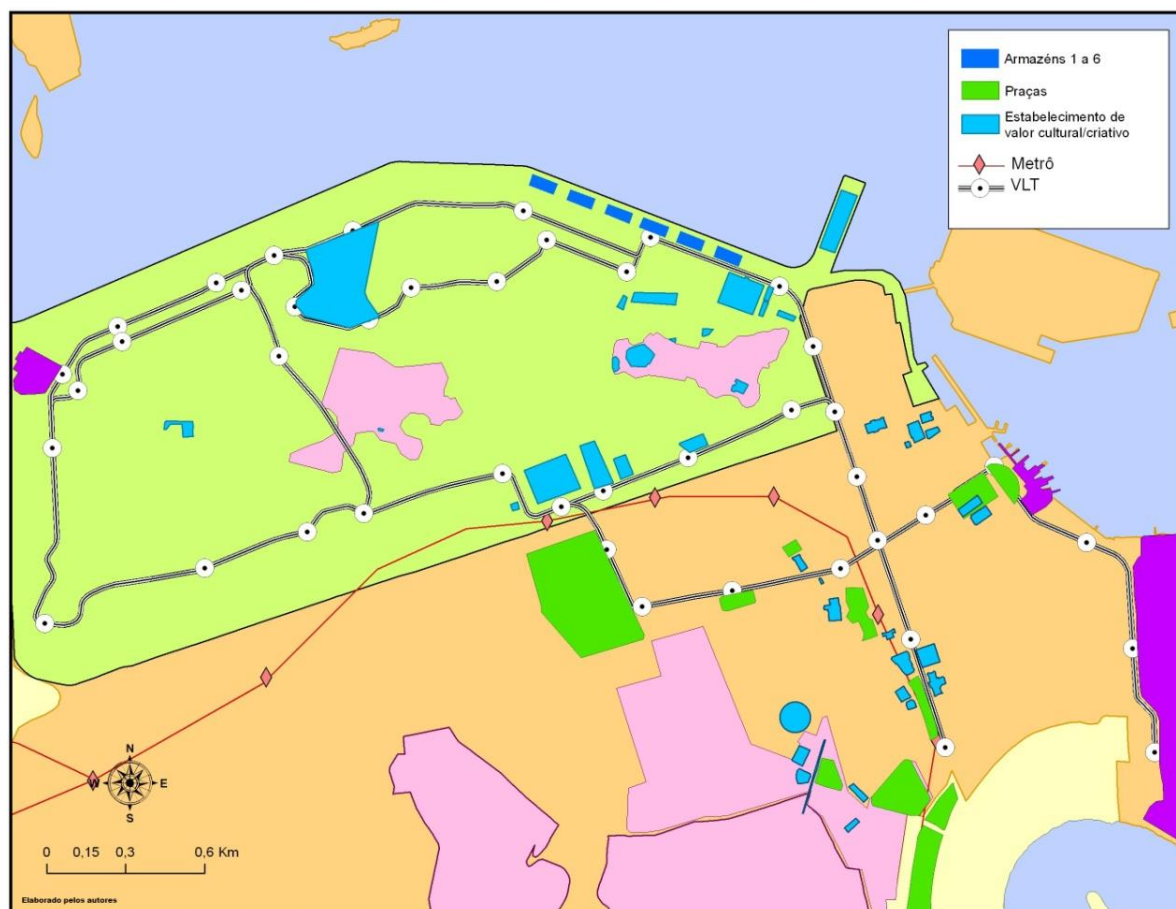
Entendemos que o conjunto de ações em curso possui um potencial de ampliar a centralidade já exercida nessa região no que tange à sua dimensão cultural criativa. No entanto, para isso, nos parece necessário pensar em, ao menos, duas frentes. De um lado, aprofundar e democratizar o debate sobre as estratégias de mobilização produtiva e de ativação dos recursos existentes no território tendo como direcionamento a ideia de defendida por Silva (2012, p.187) de que “não se

trata de valorizar uma cultura local, mas uma produção cultural feita por atores locais (capaz de dialogar, portanto, com a produção cultural da metrópole)”. Ampliando-se essa preocupação, deve-se considerar que a propagação de um grande otimismo acerca das possibilidades de reestruturação urbana através da cultura pode reforçar as desigualdades já existentes na cidade, ou não contribuir para a minimização desse problema inerente ao sistema capitalista. Para Scott (2008), a implementação de princípios elementares de igualdade, justiça e participação democrática são condições necessárias para se pensar no fortalecimento da economia criativa.

Conforme as cidades se direcionam cada vez mais e mais para os modos culturais-cognitivos da atividade econômica, a procura por formas significativas de solidariedade, socialização, e ajuda mútua no cotidiano pessoal e profissional torna-se cada vez mais urgente, não apenas porque esses atributos são importantes por si mesmos mas também porque eles ajudam a aumentar as esferas da criatividade, da aprendizagem, da inovação, da experimentação social e da expressão cultural, e são portanto essenciais para o futuro florescimento econômico e cultural das cidades contemporâneas (SCOTT, 2008, p. 83).

A segunda frente consiste na necessidade de se pensar em termos de um recorte territorial ampliado que ultrapasse os limites do projeto do Porto Maravilha, se estendendo até pelo menos aos bairros da Lapa e de Santa Teresa, conforme destaca o Mapa 4 (a seguir) e nesse processo, definir estratégias conjuntas para essa região ampliada envolvendo os diferentes atores no sentido de potencializar as externalidades positivas e minimizar as negativas que serão geradas, como por exemplo, as novas concorrências que surgirão entre os novos espaços de consumo e lazer criados na região portuária e os já estabelecidos na Lapa, região cuja economia depende fortemente das atividades de entretenimento, como o cenário musical (HERSCHMANN, 2007).

**Mapa 4 – Principais equipamentos culturais criativos na região central da cidade do Rio de Janeiro**



#### 4 – Considerações Finais

Nos últimos anos, diante das profundas transformações que ainda estão em curso no espaço urbano do Rio de Janeiro, proliferaram estudos com o objetivo de compreender suas motivações e implicações. Se para alguns a cidade retomou a sua trajetória de desenvolvimento econômico, para outros a cidade se mercantilizou e ampliou as suas desigualdades. Desejando contribuir para o debate, consideramos necessário recuperar a discussão sobre o modelo de desenvolvimento do Rio de Janeiro, uma vez que se trata de um elemento crucial para a compreensão do atual processo de reestruturação urbana e produtiva da cidade. Em nossa visão, os duzentos anos em que o a cidade do Rio de Janeiro desempenhou a função de capital federal engendraram um modelo de desenvolvimento específico que conduziu a cidade a desempenhar certas funções na rede urbana brasileira e mundial, ao mesmo tempo em que favoreceu a territorialização de algumas competências e restringiu o desenvolvimento de outras.

Desse modo, a perda da condição de capital implicou na necessidade de um novo modelo de desenvolvimento para a cidade, pois a sua principal função urbana fora transferida para outra área do país e, além disso, as suas competências territoriais não se adequavam ao modelo hegemônico de desenvolvimento pautado em uma base industrial-fordista. O que se viu pós-1960 foi uma série de tentativas frustradas em requalificar a cidade para o desenvolvimento industrial, ao passo que as suas competências culturais, artísticas e de conhecimento eram pouco valorizadas como ativos estratégicos para o desenvolvimento.

A particularidade deste início de século XXI é que nessa nova fase do capitalismo mundial, a cultura, a arte e o conhecimento assumiram papéis determinantes no processo de acumulação, levando espaços industriais clássicos ao imperativo da reestruturação urbana. Assim, coube-nos investigar se diante dessa nova fase do capitalismo, a reestruturação urbana do Rio de Janeiro contribuirá para o fortalecimento das nossas competências, para a redefinição do sistema produtivo e para a implementação de um novo modelo de desenvolvimento na cidade. Portanto, trabalhamos, nesse artigo, o processo de reestruturação urbana do Rio de Janeiro, mais precisamente da sua região portuária, a partir de um referencial teórico ainda pouco explorado pela geografia para se pensar a questão do desenvolvimento territorial.

Apesar da importante movimentação do poder público (e da multiplicação de iniciativas do setor privado) no sentido de consolidar uma agenda de políticas públicas ligadas à economia criativa, verifica-se que a reflexão teórica sobre o tema ainda caminha de forma bastante tímida nas pesquisas desenvolvidas no Brasil, e particularmente na geografia.

Nesse sentido, esse trabalho revela um esforço, ainda que inicial, para contribuir na discussão sobre a relação entre a economia criativa e o desenvolvimento, tendo em vista que a definição das estratégias de mobilização/ativação dos recursos culturais criativos territorializados dependem de uma ampla compreensão das dinâmicas produtivas emergentes no capitalismo cognitivo. De toda forma, acreditamos que diante das nossas análises empíricas, a região em questão tem enorme potencial para desempenhar um papel estratégico na transformação do sistema produtivo local e funcionar como um potencial vetor de desenvolvimento territorial na e para a cidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORSANI, A. Elementos de uma ruptura: a hipótese do capitalismo cognitivo. In: GALVÃO, Alexander Patez.; SILVA, Gerardo; COCCO, Giuseppe. (Orgs.) Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

DE MASI, Domenico. O ócio criativo. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

FIGUEIREDO SILVA, João Luiz de. Gravando no Rio! A indústria do cinema e a metrópole do Rio de Janeiro. 162f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade federal do Rio de Janeiro, 2009.

FIRJAN. A cadeia da indústria criativa no Brasil, 2008. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br>>. Acesso em: 10 de julho de 2009.

FIRJAN. Indústria criativa: mapeamento da indústria criativa no Brasil, 2012. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br>>. Acesso em: 23 de dezembro de 2012.

FLORIDA, Richard. Cities and the creative class. New York: Routledge, 2005.

GALVÃO, Maria do Carmo Corrêa. Rio de Janeiro – contradições e ajustes de um espaço desigual. In: Revista do Rio de Janeiro, volume 3. Niterói: UFF, 1986. p. 97-109.

GRAND JR., João; FIGUEIREDO, João Luiz de. Reestruturação urbana e o novo horizonte para as estratégias de potencialização do tecido cultural criativo da área central do Rio de Janeiro. In: Anais do XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, Rio de Janeiro, 18 a 22 de novembro de 2013. Disponível em: <[http://www.simpurb2013.com.br/wp-content/uploads/2013/11/1718\\_GT04\\_Joao.pdf](http://www.simpurb2013.com.br/wp-content/uploads/2013/11/1718_GT04_Joao.pdf)>

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HERSCHMANN, Micael. Lapa, cidade da música: desafios e perspectivas para o crescimento do Rio de Janeiro e da indústria da música independente nacional. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

JOHNSON, Steven. De onde vêm as boas ideias. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

LANDRY, Charles. The creative city: a toolkit for urban innovators. Londres: Earthscan, 2008.

LESSA, Carlos. O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de auto-estima. Rio de Janeiro: Record, 2000.

MEDEIROS JUNIOR, Helcio; GRAND JR., João; FIGUEIREDO, João Luiz de. A importância da economia criativa no Rio de Janeiro. Coleção Estudos Cariocas, Nº 11, 2011a. Disponível em: <[http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/resulta\\_amz.asp?painel\\_final=3067](http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/resulta_amz.asp?painel_final=3067)>. Acesso em: 30 de agosto de 2011.

MEDEIROS JUNIOR, Helcio; GRAND JR., João; FIGUEIREDO, João Luiz de. A importância da economia criativa no Rio de Janeiro. Economia criativa e desenvolvimento territorial: reflexões sobre a cidade do Rio de Janeiro. IN: Anais do II Seminário Nacional Espaço e Economia: Políticas territoriais, intervenção do Estado e práticas sociais na reestruturação do espaço. São Gonçalo: UERJ, 2011b. Disponível em: <<http://www.nupee.com.br/portal.php>>. Acesso em 28 de dezembro de 2012.



MELO, Hildete Pereira de e CONSIDERA, Cláudio Monteiro. Industrialização fluminense – 1930/1980. In: Revista do Rio de Janeiro, volume 3. Niterói: UFF, 1986. p. 111-121.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011-2014. Brasília: Ministério da Cultura, 2011.

MOREIRA, Ruy. Uma análise crítica do modelo de desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro. In: Anais do seminário: O estado do Rio no início do século XXI: olhando para o futuro. Rio de Janeiro: UFF, 2001. p. 127-132.

PECQUEUR, B. O Desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. Revista Raízes, v. 24, nº 1 e 2, jan./dez. 2005.

REIS, Ana Carla Fonseca e URANI, André. Cidades criativas: perspectivas brasileiras. IN: REIS, Ana Carla Fonseca e KAGEYAMA, Peter (orgs.). Cidades criativas: perspectivas. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011. p. 30-37.

SANTOS, Angela Moulin Simões Penalva. Economia fluminense: superando a perda do dinamismo? <<http://www2.uerj.br/lpp>>, 13 nov. 2002.

SCOTT, Allen J. On Hollywood: the place, the industry. Nova Jersey: Princeton University Press, 2005.

SCOTT, Allen J. Social economy of the metropolis: cognitive-cultural capitalism and the global resurgence of cities. New York: Oxford University Press, 2008.

SCOTT, Allen J. The cultural economy of cities. Londres: Sage, 2000.

SILVA, Gerardo. Dinâmicas territoriais e desafios metropolitanos do Rio de Janeiro no início do século XXI. In: COCCO, Giuseppe; ALBAGLI, Sarita (Orgs.) Revolução 2.0: e a crise do capitalismo global. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

STORPER, Michael. Territorialização numa economia global: possibilidades de desenvolvimento tecnológico, comercial e regional em economias subdesenvolvidas. In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria da Frota e NABUCO, Maria Regina (orgs.) Integração, região e regionalismo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

UNCTAD. Creative economy report 2010: creative economy: a feasible development option. United Nations, 2010.

VELTZ, Pierre. Mundialización, ciudades y territorios: la economía de archipiélago. Barcelona: Ariel, 1999.